



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMAM

**LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/ LICENÇA AMBIENTAL DE  
INSTALAÇÃO**

Nº 012/2023



A Secretaria do Meio Ambiente – SEMAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3945 de 2016, Lei Complementar nº 57 de 2019, e Resolução CONSEMA nº 193 de 2022, com base no processo de licenciamento ambiental nº 39.206/2023 e parecer técnico nº 27/2023, concede a presente LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA/LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO à:

**1. EMPREENDEDOR**

Nome: LEONARDO BENVENUTTI  
Endereço: Rua Agrolândia, Bairro Jardim Iate Clube  
CEP: 88.337-265 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
CPF / CNPJ: 009.554.809-22

**2. PARA ATIVIDADE DE**

Atividade: 71.11.07 – Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços)  
Empreendimento: Leonardo Benvenuti (Residencial Dom Hector)  
Porte: Pequeno  
Potencial Poluidor Geral: Médio

**3. LOCALIZADA EM**

Endereço: Rua Anitápolis e Rua Agrolândia, s/n, Bairro Jardim Iate Clube  
DIC: 5764  
CEP: 88.337-265 Município: Balneário Camboriú Estado: SC  
Coordenada Plana (UTM - SIRGAS 2000): (X): 734.884,6 – (Y): 7.010.225,01

**4. DA VIABILIDADE E INSTALAÇÃO**

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade locacional e autoriza a instalação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

**5. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

- 5.1. Nome do Empreendimento: Leonardo Benvenuti (Residencial Dom Hector)
- 5.2. Zoneamento Urbano: ZACC-III-D – Zona de Ambiente Construído Consolidada
- 5.3. Descrição: Edifício de uso misto de 07 pavimentos, contendo 16 apartamentos residenciais e 02 unidades comerciais. A área total construída é de 3.113,46 m².
- 5.4. A instalação contempla: obra de terraplanagem, execução de muro, sistema de drenagem superficial, construção de guarita, toldo, cercamento e sistema de iluminação e energia.
- 5.5. Necessidade de supressão vegetal: Não
- 5.6. Drenagem pluvial: Atendido pela rede pública de drenagem pluvial
- 5.7. Efluentes sanitários: Atendido pela rede pública de coleta e tratamento de esgoto
- 5.8. Resíduos Sólidos: Atendido pela empresa concessionária de coleta de resíduos sólidos do Município
- 5.9. Abastecimento de água: Atendido pela rede de abastecimento pública
- 5.10. O empreendimento não prevê atividades de terraplanagem

**6. PROGRAMAS AMBIENTAIS**

- 6.1. PGRCC – Plano de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil (fase de Instalação)
- 6.2. Programa de Monitoramento de Pressão Sonora (fase de Instalação)
- 6.3. Projeto de Arborização Urbana (fase de Instalação)
- 6.4. Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (fase de Operação)

**7. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS**

7.1. ART nº 8915233-8

Responsável técnico: Eduardo Moraes Sonda (CREA 092656-4)

Atividades: Relatório Ambiental, Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), Plano de Gestão Ambiental (PGA), Planos e Programas Ambientais, Projeto de Arborização

7.2. RRT nº 12611454
Responsável técnico: Tiago Bernardino Silva (CAU 00A1532090)
Atividades: Projeto hidrossanitário
7.3. RRT nº 11711768
Responsável técnico: Walter Strauch Neto (CAU 00A1202677)
Atividades: Projeto Arquitetônico
7.4. RRT nº 13421217
Responsável técnico: Walter Strauch Neto (CAU 00A1202677)
Atividades: Projeto executivo

## 8. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E CONDICIONANTES

8.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO, nos termos da Instrução Normativa nº 06 do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, durante o período de vigência da LAP/LAI.
8.2. A Licença Ambiental viabiliza a localização, concepção e instalação do empreendimento quanto aos aspectos ambientais e não dispensa nem substitui Alvarás, Autorizações e/ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal.
8.3. O empreendedor é o responsável pelo cumprimento das condições específicas e condicionantes dispostas na Licença Ambiental, devendo ser mantida cópia deste documento no local durante a instalação da atividade, sendo imprescindível que todos os profissionais envolvidos no empreendimento tenham conhecimento do exposto neste documento.
8.4. A presente licença não autoriza intervenções em Terrenos de Marinha sem a devida Certidão de Aforamento ou Cessão de Uso expedida pela Gerência Regional do Patrimônio da União, quando couber.
8.5. Quanto à movimentação de solos:
8.5.1. O empreendimento não prevê atividades de terraplanagem ou rebaixamento do lençol freático.
8.6. Quanto aos resíduos sólidos:
8.6.1. O Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC) deverá ser mantido com acompanhamento de responsável técnico durante toda a validade da Licença Ambiental, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
8.6.2. Os resíduos da construção civil gerados durante a implantação da atividade deverão ser gerenciados de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações, sendo corretamente segregados e destinados.
8.6.3. Deverão ser implantados locais específicos de separação dos resíduos gerados durante todas as fases da obra de implantação, até sua destinação final, conforme NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT.
8.6.4. Resíduos perigosos deverão ser armazenados em local com piso impermeável, cobertura e dispositivo de contenção.
8.6.5. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.
8.6.6. Todos os profissionais direta ou indiretamente ligados ao manuseio de resíduos deverão ser submetidos a treinamento e capacitação.
8.7. Quanto aos efluentes líquidos:
8.7.1. No canteiro de obras, os efluentes sanitários deverão ser encaminhados à rede pública municipal (EMASA).
8.7.2. O empreendimento não prevê a geração de efluentes com características diferentes do esgoto sanitário.
8.8. Quanto à drenagem pluvial:
8.8.1. O sistema de drenagem pluvial deverá ser instalado conforme projeto aprovado pela Prefeitura.
8.9. Quanto à arborização:
8.9.1. O empreendedor deverá executar o projeto de arborização no prazo de validade desta licença.
8.10. Quanto à fauna:
8.10.1. Havendo necessidade de resgate/relocação da fauna, este deverá ser realizado sob orientação e acompanhamento técnico de profissional habilitado.
8.11. Quanto à prevenção de poluição:
8.11.1. Caso ocorram vazamentos no solo, o solo contaminado deverá ser removido e armazenado temporariamente em recipiente fechado de uso específico, devendo ser destinado de maneira ambientalmente correta.
8.11.2. Deverão ser atendidos os limites de nível de pressão sonora estabelecidos pela NBR 10.151.
8.11.3. Deverá ser realizada a limpeza dos pneus na saída dos canteiros de obras.
8.11.4. As atividades deverão ser executadas de forma a minimizar o lançamento de materiais particulados (poeiras e gases), adotando as medidas de controle necessárias e devidamente supervisionadas por responsável técnico, incluindo o uso de aspersão de água quando necessário.
8.11.5. Todos os equipamentos utilizados devem ser mantidos em perfeito estado de funcionamento.
8.11.6. Em caso de emergência, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.
8.12. Quanto às demais condições de validade:

8.12.1. Deverão ser apresentados, **até o dia 31 de janeiro de cada ano**, durante toda a fase de instalação, relatórios técnicos de controle e acompanhamento do cumprimento das condições específicas e condicionantes da licença ambiental. Os relatórios deverão conter, no mínimo: I) Cópias dos Manifestos de Transporte de Resíduos e Rejeitos – MTR e dos Certificados de Destinação Final – CDF; II) Cópias dos relatórios periódicos de execução do PGRCC; III) Cópia da ART do profissional responsável pela execução do PGRCC; IV) Cópia dos relatórios mensais de monitoramento dos níveis de ruído do empreendimento; V) Cópia da ART do profissional responsável pela execução do Programa de Monitoramento de Pressão Sonora; VI) Cópia dos relatórios semestrais de execução e acompanhamento do Projeto de Arborização Urbana; VI) Relatório Fotográfico do cumprimento das condicionantes; VIII) Outros documentos comprobatórios pertinentes.

8.12.2. Deverá ser afixada no local da obra, e mantida em boas condições durante toda a fase de implantação do empreendimento, placa alusiva à licença ambiental, contendo, minimamente, as seguintes informações: Nome/Razão social do empreendedor, CNPJ, atividade, responsável técnico, número da licença ambiental, número do processo e o prazo de validade da licença.

## 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência da SEMAM.

9.2. A SEMAM, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:

Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;

A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;

Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.

9.3. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual nº 14.675/09, artigo 42.

9.4. Retificações e recursos administrativos relativos à presente licença devem ser encaminhados à SEMAM no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

## 10. CONDIÇÕES PARA LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO (LAO)

10.1. Deverá ser requerida a Licença Ambiental de Operação – LAO conforme Instrução Normativa Nº 65 do IMA, juntamente aos documentos listados abaixo:

10.1.1. Relatório técnico de controle, acompanhado de registro fotográfico, apresentando o efetivo cumprimento dos planos e programas propostos no licenciamento ambiental e das condições específicas da LAP/LAI.

10.1.2. Relatório contendo resumo da movimentação de resíduos sólidos da construção civil, emitidos pelo Sistema MTR do IMA – Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina.

10.1.3. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para Operação do empreendimento, acompanhado da respectiva ART do profissional responsável por sua elaboração.

## PRAZO DE VALIDADE

(48) meses, a contar da data da assinatura.

Declaro que as informações constantes nesta Licença são verdadeiras e autênticas.

Balneário Camboriú,	29	agosto	2023
Local	dia	Mês	Ano

Maria Heloisa Furtado Lenzi  
Secretária de Meio Ambiente  
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

## OBSERVAÇÕES

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Esta licença não autoriza a operação do empreendimento.

V. A Licença Ambiental de Operação - LAO deve ser requerida antes do vencimento desta LAP/LAI.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada à SEMAM sob pena de o empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade/empreendimento licenciado por este documento.